

UFRGS).

Segundo a bibliografia especializada, a existência de lideranças permanentes no Congresso estimula a especialização dos legisladores e fortalece o poder Legislativo. No caso brasileiro, afirma-se que uma das táticas utilizada pelos militares para que o Executivo controlasse o Legislativo foi a de impedir o surgimento de lideranças fortes entre os Deputados e Senadores (Baaklini, 1993). De fato, até 1994, a grande maioria das leis aprovadas pelo legislativo continuava tendo origem no Executivo, padrão existente ao longo do regime militar (Figueiredo e Limonge, 1995). Porém, a partir de 1995, esse quadro foi alterado. Na legislatura passada, mais da metade das leis sancionadas provinham do próprio poder Legislativo (Santos, 1999). Resta saber o seguinte: o quê ocasionou essa mudança? Sendo que às comissões permanentes da Câmara cabe discutir a criação das leis vigentes no Brasil, optou-se por estudar os padrões de recrutamento dos líderes nessas esferas por intermédio de três fatores: a) da continuidade do líder numa mesma comissão; b) da associação de sua profissão com os assuntos tratados na comissão da qual faz parte, e; c) de sua experiência prévia como membro titular da comissão que pertence. A supremacia do legislativo em aprovar suas leis na última legislatura deveria ser o reflexo, de acordo com a abordagem acima exposta, da consolidação de lideranças fortes no sistema de comissão permanentes da Câmara. Entretanto, até o presente momento, os resultados obtidos com a pesquisa não permitem que tal afirmação seja feita (CNPq – PIBIC/UFRGS).